

## **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PETROLÂNDIA**

### **VOLUME II – DIAGNÓSTICO, PROPOSTAS E DIRETRIZES**

#### **ELABORAÇÃO**

**AMA VI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí**

#### **DIRETORIA 2008**

Presidente: Paulo Cezar Schlichting da Silva – Agrolândia

1º Vice-Presidente: Ivo Adami – Presidente Getúlio

2º Vice-Presidente: Odenir Felizari\* - Rio do Oeste

Secretário Geral: Hugo Lembeck - Salete

1º Secretário: Vilmar Zandonai – Aurora

Tesoureiro Geral: Vanderlei Voltolini – Presidente Nereu

1º Tesoureiro: José Goetten de Lima\* - Taió

#### **CONSELHO FISCAL**

Edna Beltrame Gesser\* – Dona Emma

Milton Hobus\* - Rio do Sul

Neri Fermino - Imbuia

#### **SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL**

Paul Zerna – Witmarsum

Lourival Lunelli\* – Vitor Meireles

Fernando Luiz Hoffmann\* – Trombudo Central

#### **SECRETÁRIO EXECUTIVO**

Agostinho Senem

#### **ASSESSORIA TÉCNICA**

Dr. Luiz Alberto de Souza – Arquiteto e Urbanista

#### **RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Fabiana Meurer - Arquiteta e Urbanista – Crea/SC 063288-7

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA**

Rua Prefeito Frederico Probst, 67 – Centro – Cep: 88430-000

Fone: (47) 3536-1151

Prefeito Municipal: **Pedro Israel Filho**

Vice-Prefeita: **Ana Mafra Pickler**

#### **CÂMARA DE VEREADORES**

Helio Probst – Presidente da Câmara

Joel Longen

Nilo Clasen

Elza Helena Schmidt Probst

Amilton Defrein

Ivone Defreyn Nienkotter

Gilmar Schappo  
Jose Gelasio Willemann  
Jair da Rosa

**EQUIPE DA PREFEITURA** (Portaria Municipal nº 208/07)

Cláudio Roberto Farias  
Fabio Telles  
Iani dos Santos Assing

**NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

(nomeado pelo Decreto Municipal nº 048 de 01.06.2007)

Andréia Weber Berk – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente  
Jackson M. Calbusch – Sec.M. da Administração, Finanças e Planejamento  
Fábio Telles – Séc. Municipal da Administração, Finanças e Planejamento  
Gilmar Schappo - Câmara de Vereadores  
Ivone Defreyn Nienkotter - Câmara de Vereadores  
Osni França – Associação Micro-Bacias Alto Três Barras  
Terezinha Mª Wiggers Velho – Associação Micro-Bacias Serra Grande  
Afonso Weiduschat – Associação Micro-Bacias Serra Grande  
Inês Schappo Cunha - Associação Máster  
Lúcia R. Lemhkuhl de Sousa - Associação Máster  
Teófilo Senem – Grupo da Amizade Perimbó  
Lisabeth Goedert Senem – Grupo da Amizade Perimbó  
Anastácia Mafra Schiestl – Associação Mulheres Bem-Me-Quer  
Evonete Probst Schiestl – Associação Mulheres Bem-Me-Quer  
Ademir Eger – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Petrolândia  
José Valdir Loffi – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
Doglas de Souza – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**COLABORAÇÃO**

Cláudio Roberto Farias – Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento  
Luciana Lopes Krause - Secretária Municipal da Educação e Cultura  
André Cardoso – Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social  
Artur Nienkotter – Secretário Municipal de Transportes e Obras  
Waldir A. Lessa – Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento  
Vilmar Henkemaier - EPAGRI  
Abílio R. Costa – Comunidade de Alto Barra Nova  
Alério Vanroo – Distrito de Rio Antinhas  
Antônio Fabiano Goedert – Comunidade de Rio Galego  
Antônio Schappo - Comunidade de Londrina  
Balduino Rohling – Comunidade de Indaia  
Carmelita P. Nienkotter – Comunidade da Barra Nova  
Célio Manoel Martins – Comunidade da Barra Nova  
Compolino Momm - Comunidade de Rio de Dentro  
Euclério Vieira – Comunidade de Alto Três Barras  
Felomena de Melo dos Santos – Comunidade de Rio Corrente  
Geraldo Franz – Comunidade de Serra Barra Nova  
Leandro Antonio Schappo – Comunidade de Londrina  
Marlene Esser da Silva – Agente de Saúde  
Norberto Brand – Comunidade de Rio Galego  
Osmar Boss – Comunidade de Rio Antinhas  
Otmar Jocher – Comunidade Serra da Barra Nova  
Patrícia C. da Silva – Agente de Saúde

Rogério Nienckotter – Comunidade de Barra Nova  
Selestino Kuhnen - Comunidade de Indaiá  
Sergio Porto – Comunidade de Londrina  
Valdir Staroski - Comunidade de Rio Corrente  
Vilibaldo Jacó Schiestl – Comunidade de Rio de Dentro

## SUMÁRIO

Introdução.....	05
Metodologia.....	06
Lançamento Regional do Plano Diretor Participativo.....	07
Lançamento do Plano Diretor Participativo no Município.....	09
Levantamento de Dados.....	10
Diagnóstico.....	11
Propostas e Diretrizes.....	29
Elaboração do Projeto-de-lei.....	40
Entrega do Plano Diretor ao Poder Executivo Municipal.....	41
Material de Divulgação.....	42



## INTRODUÇÃO

Nos termos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), o Plano Diretor está definido como sendo **o instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana de um município**. Ou seja, o Plano deve definir o melhor modo de ocupar o território de um município, prever os pontos onde se localizarão as atividades e todos os usos do espaço, presente e futuros.

Mesmo sem a exigência em lei da elaboração do Plano Diretor, todos os municípios do Alto Vale do Itajaí optaram por elaborar seu Plano Diretor Participativo em parceria com a AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Na primeira etapa foi realizada a compilação de uma série de dados sócio-econômicos e físico-territoriais referentes à realidade do município, reunidos no Volume I denominado Levantamento de Dados. Os dados levantados foram apresentados na forma de textos e tabelas formando um documento completo em si mesmo, que além de subsidiar a elaboração do Plano Diretor, servirá como fonte de consulta e referência tanto para a Administração Municipal como para a iniciativa privada.

O objetivo do Levantamento de Dados foi conhecer em profundidade todos os aspectos da vida de Petrolândia, de forma a embasar o Diagnóstico e as Propostas e Diretrizes, que são apresentadas no Volume II e expressas em forma de lei no terceiro e último volume deste trabalho.

As informações apresentadas no Levantamento de Dados do Plano Diretor possibilitaram análises setoriais mais detalhadas, mas não formaram uma visão de conjunto, holística e integrada, da cidade como um todo. Por este motivo é preciso sintetizar e inter-relacionar estes dados, o que foi feito no Volume II através de discussões com a população utilizando a metodologia CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades.

A partir desta análise geral é possível chegar a uma síntese global da realidade do município, o que possibilitou a elaboração das Diretrizes e Políticas Setoriais e das Propostas.

O Plano Diretor só será eficaz se fizer parte de um processo contínuo de planejamento, no qual, ao invés de improvisos, busca-se antecipar soluções, evitar problemas e assim preparar o futuro.

Uma vez aprovado, o Plano Diretor deve ser revisado periodicamente, para que permaneça atualizado, acompanhando o crescimento da cidade e adaptando-se às novas contingências. A cidade é dinâmica como um organismo vivo e o Plano Diretor deve estar apto para acompanhar este dinamismo.

## METODOLOGIA

A elaboração do Plano Diretor, segundo o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10.257/2001 exige a participação efetiva de todos os cidadãos. É importante que as etapas sejam conduzidas, elaboradas e acompanhadas pelas equipes técnicas de cada prefeitura e pela sociedade civil organizada (associação de moradores, entidades de classe, ONG's, entidades profissionais, sindicatos e instituições que tradicionalmente falam diretamente aos cidadãos).

O Núcleo Gestor de Planejamento Territorial criado através de lei municipal e formado por representantes do poder público e da sociedade civil, foi o órgão responsável pelo acompanhamento da elaboração do Plano Diretor no município, e será responsável pelo controle e fiscalização da sua implementação.

Além das reuniões com o Núcleo Gestor, as audiências públicas também são requisitos obrigatórios no processo de discussão do Plano Diretor, sendo condição para validação da lei municipal que institui o Plano Diretor.

O Plano Diretor Participativo do Município de Petrolândia foi desenvolvido segundo as seguintes etapas:

- **1ª Etapa – Levantamento de Dados;**
- **2ª Etapa – Diagnóstico;**
- **1ª Audiência Pública** (discussão com a Comunidade das prioridades para o município e que viraram as Políticas Públicas Setoriais no Projeto-de-lei);
- **3ª Etapa – Propostas e Diretrizes;**
- **2ª Audiência Pública** (discussão das Propostas com a Comunidade);
- **4ª Etapa – Elaboração do Projeto de Lei.**

O cronograma geral de execução das etapas foi o seguinte:

- Lançamento Regional do Plano Diretor Participativo – 05/10/2005
- Lançamento do Plano Diretor Participativo no município – 14/10/2005
- 1º Etapa – Novembro 2005 a Setembro 2006
- 2º Etapa – Outubro 2006 a Outubro 2007
- 1ª Audiência Pública – 09/11/2007
- 3º Etapa – Novembro 2007 a Abril 2008
- 2ª Audiência Pública – 09/05/2008
- 4º Etapa – Maio e Junho 2008
- Entrega do Plano Diretor ao Poder Executivo Municipal – 11/07/2008
- Sanção da Lei – 25/08/2009

## LANÇAMENTO REGIONAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Em reunião realizada no dia 5 de outubro de 2005 no Parque Universitário Norberto Frahm em Rio do Sul, a AMAVI fez o lançamento do projeto Plano Diretor Regional Participativo. Participaram do evento prefeitos, vereadores, secretários municipais, representantes da imprensa regional e comunidade. Para realização do projeto a região do Alto Vale do Itajaí foi dividida em cinco micro-pólos com sede nos municípios de Ibirama, Rio do Sul, Ituporanga, Taió e Trombudo Central. Durante a reunião os técnicos da AMAVI apresentaram o cronograma para execução do projeto em cada município. No Alto Vale do Itajaí somente o município de Rio do Sul possuía prazo limite para conclusão do plano, até outubro de 2006. Esta obrigatoriedade está relacionada ao número de habitantes, ou seja, municípios com população acima de 20 mil habitantes. Atalanta, Presidente Getúlio, Salete, Vidal Ramos, Rio do Oeste, Ibirama e Vitor Meireles também possuem exigência de elaborar o plano, porque se inscreveram junto ao Ministério do Turismo como municípios com potencial turístico, porém sem definição de prazo limite. Por definição da 2ª. Conferência Regional das Cidades do Alto Vale do Itajaí, os demais municípios também resolveram elaborar seu Plano Diretor. Segundo o presidente da AMAVI, prefeito Carlos Hoegen, esta reunião marca o início de um trabalho que deverá ser realizado com a participação dos diferentes segmentos da sociedade. "Através do conhecimento técnico que a equipe da AMAVI possui, e com a colaboração de todos vamos realizar um grande mutirão pelo Alto Vale".





## LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO

A visita da equipe da AMAVI, composto pelo Presidente da instituição e a coordenação Geral do Plano Diretor Participativo, ao município de Petrolândia aconteceu no dia 14 de outubro de 2005, para a apresentação do arquiteto coordenador dos trabalhos no município, bem como para apresentar ao prefeito, secretários e líderes comunitários, a trajetória prevista pelo processo de planejamento territorial e a metodologia a ser utilizada na elaboração dos Planos Diretores.





## LEVANTAMENTO DE DADOS

O levantamento de dados é a primeira etapa de elaboração do Plano Diretor Participativo, onde foram coletados uma série de dados sócio-econômicos e físico-territoriais referentes à realidade do município, e que estão reunidos no Volume I denominado Levantamento de Dados.

No final desta etapa, no dia 15 de Setembro de 2006, foi realizada uma reunião com representantes da Prefeitura Municipal para a apresentação do Levantamento de Dados, onde foi entregue uma cópia do Volume I e discussão dos dados apresentados.

Na sequência foi aberto espaço para discussão e identificação do perfil (vocação) do município com os presentes, com o slogan **“A cidade que temos e a cidade que queremos ter”**. **Qual o desenvolvimento pretendido de acordo com a realidade do município?**

A discussão resultou na identificação do perfil atual do município de Petrolândia como de **Predominantemente Agrícola**, com todos os setores da economia baseada e dependente do setor primário. Foi consenso dos presentes de que este perfil permanecerá o mesmo pelo menos para os próximos dez anos, mas que deva haver políticas e ações que incentivem   permanência do agricultor na área rural como:

- Implantação de agroindústrias que agreguem valor aos produtos produzidos no município;
- Desenvolvimento do Turismo Rural (Ecológico);
- Assistência técnica continuada aos Agricultores (em cada comunidade).



## DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é a segunda etapa na elaboração do Plano Diretor, onde é feita a interpretação dos dados levantados e a identificação dos problemas, conflitos e potencialidades do município. Por fim, são definidos os temas prioritários para a organização territorial do município.

Para a realização do Diagnóstico optou-se pela utilização da metodologia CDP, onde a sobreposição das informações obtidas permite lançar uma proposta mais precisa e de acordo com as necessidades da população.

A sistemática CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), desenvolvida pelo órgão alemão GTZ, foi introduzida em Santa Catarina através do Gaplan (Gabinete de Planejamento do Estado), em 1983. Trata-se de um método de organização criteriosa e operacional de dados e fatos levantados, que facilitam a identificação de problemas e oportunidades, possibilitando apresentação de forma compreensível e de fácil visualização, sendo por este motivo um instrumento muito útil na discussão do Plano Diretor junto à comunidade.

Ao se adotar a metodologia CDP, classificam-se os dados levantados em três categorias básicas:

- **CONDICIONANTES:** São os elementos físicos do ambiente natural ou construído, ou planos e decisões existentes, com conseqüências futuras no ambiente físico-territorial, que determinam a ocupação e uso do espaço em estudo. As condicionantes figuram como restrições, impedimentos e obrigatoriedades. São elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados.
- **DEFICIÊNCIAS:** São situações de caráter negativo para o desempenho das funções urbanas e regionais e que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento das áreas urbanas ou territoriais e suas comunidades. Geram demandas de recuperação e melhoria sendo, portanto, elementos que representam problemas que devem ser solucionados.
- **POTENCIALIDADES:** São elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitadas adequadamente e podem ser incorporados positivamente ao sistema urbano, sem a necessidade de grandes investimentos públicos. Geram demandas de inovação sendo, portanto, elementos que representam melhorias na qualidade de vida das cidades.

A finalidade deste processo de sistematização e avaliação das informações consiste em identificar as áreas de ação, da confrontação da situação atual com uma situação mínima desejável determinada pela política, pela comunidade, por órgãos setoriais e na determinação das medidas prioritárias para satisfazer eficientemente a esta demanda.

Partindo deste princípio, deve ser atribuída máxima prioridade às medidas de desenvolvimento que resultem na eliminação de deficiências, levando-se em consideração as condicionantes pré-existentes e ao mesmo tempo aproveitando as potencialidades ou recursos ao alcance da administração local.

Após a classificação de todos os dados nestas três categorias – lembrando que um item pode ser considerado simultaneamente como condicionante, deficiência e potencialidade – chegamos à determinação das prioridades de ação para o município.

A aplicação da metodologia C.D.P. no Plano Diretor de Petrolândia foi utilizada tanto na Leitura Técnica como na Leitura Comunitária. A Leitura Técnica foi realizada através de reuniões da equipe técnica da Amavi com a equipe de suporte da Prefeitura. A Leitura Comunitária foi realizada através de reuniões com o Núcleo Gestor do município e uma Audiência Pública com a comunidade.

Nas reuniões com o Núcleo Gestor foi feita a interpretação e discussão dos dados levantados e a identificação das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (C.D.P.) do município baseadas em 4 grandes temáticas: **1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais, 2. Aspectos Físico-territoriais, 3. Infra-estrutura Social e 4. Infra-Estrutura Física** e por último foi realizada a identificação das prioridades e estratégias para o futuro do município. O resultado das reuniões de discussão do diagnóstico pode ser observado nas atas a seguir:



## **1ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia**

Data: **15/06/2007**

Horário: **09:00 hs**

Local: **Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia**

Pauta do Dia: **Esclarecimentos sobre o Plano Diretor, metodologia de elaboração e formas de participação; Apresentação das atribuições do Núcleo Gestor e Definição do seu Regimento Interno.**

Nº de Participantes: **15 pessoas**

**Ata da 1ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia:** Aos 15 de junho de 2007, às 09:00 horas, na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município - NGPT, nomeados através do Decreto Municipal nº 048/07, para sua primeira reunião. A pauta da reunião, conduzida pela Arquiteta Coordenadora do Plano Diretor do município, Fabiana Meurer, foi a seguinte: **1. Esclarecer o que é o Plano Diretor, sua metodologia de elaboração e as formas de participação. 2. Apresentar quais são as atribuições do Núcleo Gestor 3. Definição do seu Regimento Interno**

Após uma explanação rápida sobre o que é o Plano Diretor, qual a metodologia adotada para a sua elaboração no município, e as atribuições e formas de participação dos membros do Núcleo Gestor durante o processo de elaboração do Plano Diretor municipal, foi aberta a palavra livre aos membros para discussão da pauta e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto apresentado. A maioria dos presentes enfatizou a importância da participação de toda a comunidade nas discussões do Plano Diretor, principalmente dos moradores da área rural. Como sugestão ficou que deveria ser convidado para a próxima reunião pelo menos um representante de cada comunidade, além dos Facilitadores do Projeto Micro-bacias e das Agentes de Saúde do PSF que têm contato mais direto com a realidade das comunidades. Os vereadores também deverão ser convocados para as reuniões, pois são eles que estarão aprovando a lei do

Plano Diretor e sendo eles os principais representantes das comunidades do município. Outra sugestão foi a de encaminhar correspondência aos representantes de todas as associações do município explicando o que é o Plano Diretor, sua importância para o desenvolvimento do município e solicitando que as mesmas mandem um representante para as reuniões do Núcleo Gestor. Não havendo mais questionamentos, partiu-se para a definição do Regimento Interno do Núcleo Gestor. Uma proposta de Regimento Interno elaborada pela AMAVI foi entregue aos membros para discussão. Apenas algumas alterações foram sugeridas ao Regimento proposto, ficando ele assim aprovado por unanimidade. Ficou definido, por exemplo, que as reuniões do núcleo serão realizadas ordinariamente uma vez por mês, na terceira sexta-feira do mês, às 09:00 hs e terão duração máxima de 1:30 (uma hora e trinta minutos) prorrogáveis a critério dos membros. Para a operacionalização das atividades do NGPT, foi eleito como Presidente Gilmar Schappo – Representante do Poder Legislativo Municipal e como Vice-Presidente Afonso Weiduschat – Representante de Movimentos Populares. A Secretária do Núcleo será Fabiana Meurer, coordenadora do Plano Diretor no município, conforme definido no Art.4 da Lei nº1209/07. A reunião foi assim encerrada às 10:15hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 06 de julho de 2007, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 15 de junho de 2007.



## **2ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia**

Data: **06/07/2007**

Horário: **09:00 hs**

Local: **Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia**

Pauta do Dia: **Início da discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, com os seguintes temas: 1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Economia, Turismo e Cultura).**

Nº de Participantes: **30 pessoas**

**Ata da 2ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia:** Aos 06 de julho de 2007, às 09:00 horas, na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município - NGPT, nomeados através do Decreto Municipal nº 048/07, para sua segunda reunião. A reunião contou também com a presença de alguns representantes de associações de moradores das comunidades do município e de agentes de saúde do PSF – Programa da Saúde Familiar. A ordem da reunião foi a seguinte: I – abertura e explanação sobre a reunião anterior; II - apresentação pela Secretária Fabiana Meurer da pauta de discussão do dia

que foi a seguinte: - Início da discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas: **1.Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Economia, Turismo e Cultura);** A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão do tema **1 – Aspectos Socioeconômicos e Culturais**, temos as seguintes tabelas:

<b>1.1. Economia</b>		
<b>Sector Primário</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
• economia baseada na agricultura (destaque para a produção de fumo, cebola e milho)	• atividade agrícola é a única fonte de subsistência de várias famílias	• cooperativas de produtores para agregar valor aos produtos produzidos no município
• estrutura fundiária caracterizada por minifúndios	• monocultura (principalmente do fumo)	• incentivo ao turismo rural (nova fonte de renda aos agricultores)
• predomínio do trabalho familiar	• desvalorização dos produtos	• diversificação das culturas
	• dificuldade de comercialização do aipim (que já foi um dos principais produtos cultivados no município)	• dar prioridade para a agricultura nos investimentos públicos
• pecuária classificada como de subsistência	• legislação muito rigorosa (inspeção sanitária dos produtos)	• inspeção sanitária federal aos produtos (estadual é muito restritiva)
• produção de gado leiteiro tem sua expressividade no município	• falta de assistência técnica aos produtores	• programas de assistência técnica continuada aos agricultores
• extração mineral apenas de cascalho para revestimento primário nas estradas		• incentivo à produção orgânica
• extração vegetal de lenha para abastecer as estufas de fumo e de madeira de pinus e eucalipto para fabricação de papel e celulose		
<b>Sector Secundário</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
• atividades industriais na sua maioria classificadas como agroindústrias	• falta de mão-de-obra especializada	• Implantação de agroindústrias que agreguem valor aos produtos produzidos no município;
• gênero de artigos de vestuário (malharias) vem se expandindo	• carência de vagas nas creches para os filhos das funcionárias das malharias	
<b>Sector Terciário</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
• Atividades concentradas no centro da cidade	• Setor dependente dos demais setores	• ampliação da oferta de produtos e serviços mais especializados
• setor voltado ao suprimento das necessidades básicas da população urbana e rural.	• dependente de centros maiores para produtos e serviços mais especializados	• padarias existentes
	• apresenta períodos de sazonalidade nas vendas nas entressafas agrícolas	
<b>1.2 Turismo</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
• potencial natural existente (matas, rios, cachoeiras e serras)	• infra-estrutura turística, tanto hoteleira como gastronômica, ainda pequena.	• Desenvolvimento do turismo rural, ecológico e do Agroturismo

• fontes de águas sulfurosas	• potencial turístico existente é pouco explorado	• turismo é uma nova alternativa de desenvolvimento econômico para o município
• Grutas existentes (Alto Barra Nova e Alto Serra Grande)	• falta de um roteiro de turismo rural	
• pesque-pagues existentes		
• Represa Perimbó	• falta de infra-estrutura	• Estruturação da área da Represa (implantação de Infra-estrutura, aproveitamento da trilha ecológica existente)

### 1.3. Cultura

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Etnia colonizadora formada por alemães e italianos, além da influência dos caboclos (gaúchos)	• faltam incentivos as manifestações culturais	• grupos da terceira Idade
• artesanato se apresenta de forma rústica, através de peças em madeira, taquaras, lã de carneiro e palhas de milho, além do artesanato em tecidos.	• falta espaço físico para as apresentações culturais	• Criação de espaço para manifestações culturais e mini-museu
• culinária típica formada pelas conservas caseiras, os derivados do leite, a cachaça artesanal e o mel de abelha		• Femuse
• coral Santa Isabel e Grupo Teatral da localidade do Indaiá		• Gincana Cultural entre as comunidades
• Na Arquitetura poucas remanescentes de casas antigas restaram.	• das edificações antigas que restaram, muitas estão abandonadas ou mal conservadas.	• Criação de Lei Incentivo a Preservação do Patrimônio Histórico construído;
• Na religião, a Igreja Católica é a que predomina, mas também é expressiva a Igreja Evangélica (I.E.C.L)		
• Principais Eventos: Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus e a Agrofesta (festa agrícola)		

O item 2 - Aspectos Físico-Territoriais não chegou a ser discutido por causa do adiantado da hora, ficando este tema para discussão na próxima reunião. III - Encerramento as 11:00 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o

dia 27 de julho de 2007, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 06 de julho de 2007





### 3ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia

Data: 27/07/2007

Horário: 08:30 hs

Local: Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia

Pauta do Dia: Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, com os seguintes temas: 2. Aspectos Físico-Territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente).

Nº de Participantes: 18 pessoas

**Ata da 3ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia:** Aos 27 de julho de 2007, às 08:30 horas, na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município - NGPT, nomeados através do Decreto Municipal nº 048/07, para sua terceira reunião. A reunião contou também com a presença de alguns vereadores e representantes de associações de moradores das comunidades do município. A ordem da reunião foi a seguinte: I – abertura e explanação sobre a reunião anterior; II - apresentação pela Secretária Fabiana Meurer

da pauta de discussão do dia que foi a seguinte: - Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação do seguinte tema: **2 - Aspectos Físicos - Territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente)**. A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão do tema **2 - Aspectos Físicos - Territoriais**, temos as seguintes tabelas:

## 2. ASPECTOS FÍSICOS – TERRITORIAIS

### 2.1 Geomorfologia

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>dominância de solos originados de rochas sedimentares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>solos altamente vulneráveis a erosão</li> <li>áreas nas extremidades da Serra Grande, onde já houveram alguns deslizamentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ocupação das encostas ao longo da Serra Grande deve ser limitada</li> <li>restringir a ocupação da área irregular próximo a Serra Grande</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O relevo apresenta grandes variações altimétricas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a ocupação do solo é prejudicada pela declividade acentuada em alguns pontos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>potencial em termos de preservação ambiental, turismo ecológico e prática de esportes radicais ao longo da sequência de serras que acompanham os limites do município e que ainda apresentam vegetação nativa.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A Serra Grande isola a parte sul do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ocupação irregular próximo a subida da Serra Grande (entre a estrada e o rio)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>a ocupação do território deu-se principalmente nos fundos dos vales</li> </ul>		

### 2.2 Meio Ambiente

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Uso do Solo e da Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contaminação do solo e da água pelo uso de agrotóxicos</li> <li>esgotos domésticos depositados diretamente no rio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Controle do uso de agrotóxicos (cumprir a lei de devolução das embalagens)</li> <li>viveiro de mudas existente no Parque Municipal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>O Rio Perimbó, constitui o principal elemento hídrico do município</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>resíduos sólidos depositado nos rios e em terrenos baldios</li> <li>dejetos de safras de cebola e fumo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção por meio de lei municipal do manancial que abastece o município (Rio de Dentro) - cercar a área</li> <li>Implantar programas de educação ambiental nas comunidades</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>criação de suínos próximos aos cursos d'água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de unidades de Conservação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Represa Perimbó (Klabin)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desmatamento</li> <li>Mata ciliar carente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção das nascentes dos rios;</li> <li>Recuperação da mata ciliar</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>áreas de preservação permanente degradadas</li> <li>Desvio e drenagem dos cursos d'água</li> <li>assoreamento dos rios</li> <li>enxurradas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>orientação à comunidade para preservação ambiental pelos técnicos da Prefeitura</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reflorestamentos existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uso de espécies exóticas (pinus) - se for monocultura</li> <li>Áreas de reflorestamento dentro na área urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>reflorestamentos são fonte de renda, combustível para as estufas, além de evitar o corte de mata nativa</li> <li>restringir áreas de reflorestamento dentro na área urbana</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fiscalização da FATMA/ Polícia Ambiental (sede em Rio do Sul)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dificuldade de ações preventivas e fiscalização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Municipalização da fiscalização ambiental (convênio entre Prefeitura e FATMA)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>conselho não é muito atuante, não realizando reuniões periódicas</li> </ul>	

III - Encerramento as 10:30 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 24 de Agosto de 2007, estando presentes os

seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 27 de julho de 2007



#### 4ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia

Data: 24/08/2007

Horário: 08:30 hs

Local: Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia

Pauta do Dia: Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: 3. Infra-estrutura Social (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte e Lazer).

Nº de Participantes: 17 pessoas

**Ata da 4ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia:** Aos 24 de agosto de 2007, às 08:30 horas, na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município - NGPT, nomeados através do Decreto Municipal nº 048/07, para sua quarta reunião. A reunião contou também com a presença de alguns vereadores e representantes de associações de moradores das comunidades do município. A ordem da reunião foi a seguinte: I – apresentação pela Secretária Fabiana Meurer da pauta de discussão do dia que foi a

seguinte: - Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação do seguinte tema: **3 – Infra - estrutura Social (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte e Lazer)**. A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão temos as seguintes tabelas:

### 3. INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

#### 3.1 Educação

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Colégio, escolas e creches existentes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Na Educação Infantil há demanda reprimida para Creche (0 a 3 anos), no J.I.Pingo de Gente do Centro e no P.E. Anjinho da Guarda, do Indaiá;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação, a curto prazo, no J.I.Pingo de Gente (pelo menos 3 salas de aula, sala de professores e espaço coberto para o lazer das crianças);</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>O P.E. Criança Esperança do Rio Antinhas não possui sede própria, utiliza-se duas salas improvisadas disponibilizadas pela Igreja Evangélica;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de uma sede para a P.E. Criança Esperança, no Rio Antinha;</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A E.M.Perimbó e o NAES funcionam em edificações de propriedade do CNEC e necessitam de reforma.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação, a curto prazo, no P.E. Anjinho da Guarda, do Indaiá (pelo menos uma sala);</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>implantação de creche (0 a 3 anos) no Centro</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação e reforma, em curto prazo, da E.M.Indaiá;</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforma da E.M.Perimbó e do NAES (solicitar a propriedade para o município).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Biblioteca Pública Municipal "Horácio Coelho"</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>cursos profissionalizantes em parceria com o SENAR e o Sindicato Rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>falta maior divulgação dos cursos profissionalizantes</li> </ul>	

#### 3.2 Saúde

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Hospital, 7 unidades de saúde (seis na área rural)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>recursos financeiros insuficientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>implantação de um grupo de saúde mental.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ambulatório Médico-Odontológico na Unidade de Saúde do Centro, além de outro em fase de implantação, possibilitando o atendimento em período integral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>faltam atendimento mais especializados (psiquiátrico, ortopédico e dermatológico)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ampliação e informatização da unidade de Saúde do centro (implantação de sala de fisioterapia)</li> </ul>

• Programa de Saúde da Família (PSF)	• serviços de referência e contra referência em Florianópolis (distância de locomoção)	
	• fila de espera para realização de exames	

### 3.3. Assistência Social e Habitação

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• grupos de 3ª idade		• Implantação de sede para o Clube de mães do centro
• Associação de Mulheres		
• portadores de deficiência freqüentam a APAE em Ituporanga	• falta de Saneamento Básico principalmente na área rural do município;	• Implantação de programas de saneamento
	• trabalhos informais e falta de opções de emprego	
	• aumento do uso do álcool e das drogas	
• Conjuntos Habitacionais existentes (2)	• déficit habitacional em torno de 70 unidades (na área rural esse déficit é de 20 famílias aproximadamente)	• Implantação de casas populares isoladas (20 famílias na área rural na fila de espera para convênio)
• Novo conjunto habitacional em fase de projeto (30 unidades)		

### 3.4. Segurança

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Polícia Civil (1 policial - delegado)	• Não possui presídio para manutenção de detentos	• Ampliação do efetivo policial (civil e militar)
	• Efetivo reduzido (civil/militar)	
• Polícia Militar (3 policiais)	• infra-estrutura precária (número de veículos e espaço físico reduzido)	
	• perturbação da tranquilidade e do sossego pelos bares e danceterias	
• Guarnição do Corpo de Bombeiros em Ituporanga.		

### 3.5. Esporte e Lazer

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• escolinhas de futebol de salão		• implantar quadra poliesportiva no Parque Municipal
• Ginásio Papa João Paulo I e Ginásio do Colégio Hermes Fontes		• Melhoria nos ginásios das Comunidades de Alto Três Barras e Indaiá
• Ginásio e salão comunitário nas comunidades	• poucas áreas verdes para uso da população	• implantar estrutura para prática de esporte e lazer na comunidade de Alto Barra Nova
• Estádio Municipal “Eno Probst”	• Estrutura de apoio do Estádio precária	• Melhoria da estrutura de apoio do Estádio
• Praças existentes (4 no Centro)	• as praças na maioria não possuem espaço físico para a prática do lazer.	• implantar praça esportiva no Loteamento Santa Rita (lote vago)



• Parque Municipal Aloizio Haverroth	• Estrutura pouco aproveitada	• melhor aproveitamento do parque (ponte de ligação, trilhas caminhadas, área de recreação para crianças)
--------------------------------------	-------------------------------	---

II - Encerramento as 10:00 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 14 de setembro de 2007, estando presentes os

seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 24 de Agosto de 2007.



### 5ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia

Data: **14/09/2007**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia**

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: 4. Infra-estrutura Física (Sistema Viário, Saneamento, Energia Elétrica e Comunicação).**

Nº de Participantes: **19 pessoas**

**Ata da 5ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia:** Aos 14 de setembro de 2007, às 08:30 horas, na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município - NGPT, para sua quinta reunião. A reunião contou também com a presença de alguns vereadores e representantes de associações das comunidades do município. A ordem da reunião foi a seguinte: I – apresentação pela Secretária Fabiana Meurer da pauta de discussão do dia que foi a seguinte: -

Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação do seguinte tema: **4 – Infra-estrutura Física (Sistema Viário, Saneamento, Energia Elétrica e Comunicação).** A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão temos as seguintes tabelas:

4.1. Sistema Viário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• SC – 427 corta o perímetro urbano e coincide com o sistema viário municipal (Rua Aristiliano Ramos e 16 de Agosto)	• SC-427 trecho Petrolândia até BR-282 não é pavimentado	• A curto prazo, a Pavimentação da Rodovia SC-427, trecho Petrolândia – BR-282

<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema viário atual originário da colonização (malha linear), hoje alterada por ruas perpendiculares as principais formando uma malha ortogonal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uma única ponte de ligação com a margem esquerda do Rio Perimbó.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de uma nova ponte sobre o Rio Perimbó (continuação da Rua Militão Thives)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ruas Principais:               <ul style="list-style-type: none"> <li>-Rua Aristiliano Ramos;</li> <li>-Rua 16 de Agosto;</li> <li>- Rua Prefeito Frederico Probst</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pontos de Conflito:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Entroncamento da Rua Aristiliano Ramos com a Rua Prefeito Frederico Probst;</li> <li>- Entroncamento da SC-427 com a Rua Vereador Avelino Clasen</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Providenciar a curto prazo melhorias nos pontos de conflito;</li> <li>Prever contorno viário retirando tráfego pesado do Centro</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo das vias principais (ruas sem previsão de alargamento)</li> </ul>	Implantação de uma via alternativa a Rua 16 de Agosto, desviando o trânsito da ponte sobre o Rio do Jango (em frente a Igreja Católica)
	<ul style="list-style-type: none"> <li>hierarquia viária não definida oficialmente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de hierarquia viária, largura de vias e passeios</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>não existem ciclovias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de ciclovia e vias de pedestre em trechos das ruas Prefeito Francisco Machado e Aristiliano Ramos até o limite do Perímetro Urbano (área industrial)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>transporte coletivo funciona com características intermunicipais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Má conservação, inexistência ou sub-dimensionamento de passeios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de largura das vias da área rural</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Terminal Rodoviário localizado no Centro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>transporte de carga passando pelo centro da cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de abrigo de ônibus em todas as vias que tem transporte escolar</li> </ul>

#### 4.2. Saneamento

##### - Abastecimento de Água

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>tratamento e abastecimento de água realizados pela CASAN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>na área rural utilização de fonte própria, através de poços e nascentes (sem tratamento)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>buscar novo ponto de captação de água no Rio de Dentro (mais acima próximo a base da serra)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>ponto de captação e bombeamento no Rio de Dentro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>criação de suínos acima da captação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção da área da nascente da captação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>ETA (Estação de Tratamento de Água) localizada no Rio de Dentro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>uso excessivo de defensivos agrícolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de programa de análise da qualidade e de tratamento da água na área rural</li> </ul>

##### - Esgoto

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização de fossa séptica e filtros anaeróbios, principalmente a ligada à rede pluvial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há sistema de tratamento coletivo de esgotos</li> <li>periodicidade de manutenção e limpeza do sistema</li> <li>residências que não possuem nenhum sistema de tratamento de esgoto (38% das famílias segundo o PSF)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de Sistema de Tratamento de Esgotos em todo o município (utilizando o modelo do projeto Micro-bacias2 da EPAGRI)</li> </ul>

##### - Drenagem

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
----------------	--------------	-----------------

<ul style="list-style-type: none"> <li>sistema de drenagem pluvial de micro-drenagem (rede de tubulação coletora com caixas coletoras tipo boca-de-lobo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>rede de drenagem pluvial existente apresenta-se sub-dimensionada em alguns pontos</li> <li>falta de manutenção da rede coletora</li> </ul>	
<b>- Resíduos Sólidos</b>		
<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Coleta e transporte do lixo realizado pela prefeitura municipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de conscientização das famílias em separar e depositar os resíduos de forma seletiva no ponto de coleta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar o sistema de coleta para a área rural do município</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro de triagem, localizado na localidade de Rio Corrente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>custo da manutenção do centro de triagem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programas de conscientização da população para a reciclagem de lixo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Destino final Aterro Sanitário em Otacílio Costa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Custo do transporte e do destino final do lixo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programas de Educação Ambiental</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Antigo lixão desativado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>lixão desativado sem nenhuma prevenção quanto a riscos de contaminação do solo e do lençol freático.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto de recuperação da área degradada do antigo lixão</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>lixo hospitalar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>armazenamento provisório do lixo hospitalar no Hospital</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Providenciar armazenamento adequado para os resíduos hospitalares dentro das normas da ANVISA</li> </ul>

#### 4.3 Energia Elétrica

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Abastecimento da CELESC – sub-estação em Ituporanga</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Algumas residências não atendidas por energia elétrica</li> <li>Deficiência na capacidade de abastecimento (oscilações na rede)</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Iluminação pública atende praticamente todas as ruas do perímetro urbano do município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ruas não atendidas com iluminação Pública</li> <li>Ruas com iluminação precária</li> </ul>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>linha de Transmissão de Alta Tensão (525 Kv)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de Rede Monofásica (principalmente na área rural)</li> </ul>	

#### 4.4 Comunicação

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>DEFICIÊNCIAS</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>município conta com serviços de telefonia fixa e celular fixa (área rural)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não há serviço de telefonia celular móvel</li> <li>Comunidades sem serviço de telefonia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>implantação a curto prazo de torre de telefonia celular.</li> <li>ampliação do serviço de telefonia e de internet para a área rural</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>agência de correios localizada no Centro, e um posto de atendimento no Distrito de Rio Antinha</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>distribuição das correspondências é feita apenas no perímetro urbano (com atraso)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivo a implantação de um jornal local</li> <li>Melhoria do acesso à internet</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>retransmissão de TV é realizada por uma repetidora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o sinal de TV transmitido é ruim</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de uma rádio comunitária</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>02 torres de comunicação (01 repetidora e 01 de telefone do Hospital)</li> </ul>		

II - Encerramento as 10:00 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 05 de outubro de 2007, estando presentes os

seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 14 de Setembro de 2007.



## **6ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia**

Data: **05/10/2007**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia**

Pauta do Dia: **Discussão sobre ampliação do Perímetro Urbano e Eleição das Prioridades e Estratégias do Diagnóstico.**

Nº de Participantes: **17 pessoas**

**Ata da 6ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Petrolândia:** Aos 05 de Outubro de 2007, às 08:30 horas, na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município - NGPT, para sua sexta reunião. A reunião contou também com a presença de alguns representantes de associações das comunidades do município. A ordem da reunião foi a seguinte: **I – Discussão sobre ampliação do Perímetro Urbano:** Da discussão quanto à ampliação ou não do perímetro urbano do município foi consenso entre os presentes que o atual perímetro ainda possui muitos terrenos com possibilidade de ocupação, não justificando sua ampliação. A única ressalva foi com relação ao Loteamento Cohab II que apresenta parte de sua área fora dos limites do perímetro urbano, devendo esta área ser incorporada ao mesmo. **II - Eleição das Prioridades e Estratégias do Diagnóstico:** Como resultado da discussão tem-se as seguintes **Prioridades:**

### **1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais** **Economia**

1. Incentivos às cooperativas de produtores existentes e a implantação de novas;
2. Implantar Programa de Assistência Técnica Continuada aos Agricultores, com

acompanhamento em cada comunidade, inclusive com assistência veterinária;

3. Incentivo ao desenvolvimento do turismo rural (nova fonte de renda aos agricultores);
4. Incentivo à produção orgânica e a diversificação das culturas;
5. Implantação de agroindústrias que agreguem valor aos produtos produzidos no município;
6. Incentivos à ampliação da oferta de produtos e serviços mais especializados.

### **Turismo**

1. Incentivo ao desenvolvimento do turismo rural, ecológico e agroturismo, como nova alternativa econômica para o município;
2. Estruturação da área da Represa Perimbó (implantação de Infra-estrutura, aproveitamento da trilha ecológica existente).

### **Cultura**

1. Incentivo às manifestações culturais e a realização de encontros culturais no município;
2. Incentivos à produção do artesanato;
3. Criação de um Centro Cultural com espaço para manifestações culturais, venda de artesanato e mini-museu;
4. Criação de Lei Incentivo a Preservação do Patrimônio Histórico construído;



## **2. Aspectos Físicos - Territoriais**

### **Geomorfologia**

1. Limitar ao máximo a ocupação das encostas ao longo da Serra Grande;
2. Incentivo ao desenvolvimento do turismo ecológico com a prática de esportes radicais, dada à sequência de serras e morros existentes, que em sua maioria ainda apresentam vegetação nativa.
3. Reflorestamento com espécies nativas ao longo da Serra Grande;

### **Meio Ambiente**

1. Controle do uso de agrotóxicos (fazer cumprir a lei de devolução das embalagens);
2. Programas de recuperação da mata ciliar e de proteção das nascentes dos rios;
3. Criação de Unidades de Conservação;
4. Proteção por meio de lei municipal do manancial que abastece o município (Bacia Hidrográfica do Rio de Dentro);
5. Implantar programas de educação ambiental nas comunidades;
6. Municipalização do licenciamento ambiental (convênio entre Prefeitura e FATMA);
7. Estabelecer parâmetros para o plantio de espécies exóticas (pinus e eucalipto) no município;
8. Restringir áreas de reflorestamento dentro na área urbana.

## **3. Infra-Estrutura Social**

### **Educação**

1. Ampliação, a curto prazo, do J.I. Pingo de Gente com implantação de pelo menos 3 salas de aula, sala de professores e espaço coberto para o lazer das crianças;
2. Ampliação, a curto prazo, do P.E. Anjinho da Guarda, do Indaiá de pelo menos uma sala de aula;
3. Implantação de uma sede para a P.E. Criança Esperança, no Rio Antinha;
4. Implantação de uma creche (para as crianças de 0 a 3 anos) no Centro;
5. Ampliação e reforma, em curto prazo, da E.M. Indaiá;
6. Reforma da E.M. Perimbó e do NAES (solicitar a propriedade do imóvel ao município);
7. Utilização das escolas isoladas que foram nucleadas e encontram-se desativadas pela população da comunidade.

### **Saúde**

1. Informatização e Ampliação da Unidade de Saúde do centro com implantação entre outras coisas de uma sala de fisioterapia;
2. Implantação de um grupo de saúde mental;
3. Ampliação dos atendimentos médicos mais procurados pela população que geram filas de espera para consulta (atendimento psiquiátrico, ortopédico, dermatológico, oncológico e fonoaudiólogo).

### **Assistência Social e Habitação**

1. Implantação de unidades habitacionais para suprir o déficit habitacional do município;
2. Implantação de programas de saneamento;
3. Implantação de sede para o Clube de mães do centro;
4. Fiscalização das famílias que recebem benefícios do município e do Governo Federal pelas Agentes de Saúde.

### **Esporte e Lazer**

1. Melhor aproveitamento do Parque Municipal Aloízio Haverroth para o lazer da população, dada sua localização próxima ao centro, com a implantação de uma ponte pênsil de ligação com a margem direita, trilhas de caminhadas, quadra poliesportiva e área de recreação para crianças;
2. Melhoria da estrutura de apoio do Estádio Municipal Eno Probst;
3. Melhorias nos ginásios e quadras esportivas das Comunidades em geral;
4. Implantação de estrutura para prática de esporte e lazer nas comunidades que não possuem;
5. Implantação de praça esportiva no Loteamento Santa Rita (lote vago).

### **Segurança**

1. Ampliação do efetivo policial da Polícia Civil e Militar.

## **4. Infra-Estrutura Física**

### **Sistema Viário**

1. Implantação de uma nova ponte sobre o Rio Perimbó, na continuação da Rua Militão Thives, tendo-se mais uma ligação com a margem esquerda do Rio Perimbó e induzindo o crescimento para a margem esquerda;
2. Implantação de uma via alternativa a Rua 16 de Agosto, desviando o trânsito da ponte sobre o Rio do Jango (em frente a Igreja Católica);
3. A curto prazo, a Pavimentação da Rodovia SC-427, trecho Petrolândia – BR-282, melhorando o acesso da região ao Planalto Serrano;
4. Providenciar a curto prazo melhorias nos pontos de conflito de trânsito (entroncamento da Rua Aristiliano Ramos com a Rua Prefeito Frederico Probst; e no entroncamento da SC-427 com a Rua Vereador Avelino Clasen);
5. Prever em médio prazo contorno viário retirando o tráfego pesado do Centro;
6. Implantação de ciclovia e vias de pedestre em trechos das ruas Prefeito Francisco Machado e Aristiliano Ramos até o limite do Perímetro Urbano na área industrial;

7. Definição de hierarquia viária, largura de vias e passeios, inclusive na área rural;
8. Implantação de abrigos de ônibus em todas as vias que tenham transporte escolar;
9. Providenciar a curto/médio prazo a pavimentação das vias públicas urbanas, segundo a necessidade da população, prevendo inclusive a drenagem pluvial destas vias.

#### Saneamento

1. Buscar novo ponto de captação de água no Rio de Dentro (mais acima do ponto de captação atual, próximo a base da serra);
2. Proteção da área da nascente da captação, com criação de área de preservação municipal;
3. Criação de programa de análise da qualidade e de tratamento da água na área rural;
4. Implantação de Sistema de Tratamento de Esgotos em todo o município nos moldes do Projeto Micro-bacias2 da EPAGRI.
5. Criação de programas de conscientização da população para a reciclagem de lixo;
6. Ampliar o sistema de coleta seletiva de lixo para a área rural do município;
7. Projeto de recuperação da área degradada do antigo lixão;
8. Criação de Programas de Educação Ambiental;
9. Providenciar armazenamento adequado para os resíduos hospitalares dentro das normas da ANVISA.

#### Energia Elétrica

1. Ampliação da rede trifásica e melhoria da qualidade da energia elétrica fornecida ao município.

#### Comunicação

1. Implantação em curto prazo de torre de telefonia celular;
2. Ampliação do serviço de telefonia fixa na área rural;
3. Incentivo à implantação de um jornal local;
4. Melhoria do acesso à internet em todo o município;
5. Implantação de uma rádio comunitária.

#### 5. Estrutura Administrativa

1. Estruturação do setor de Planejamento e Fiscalização da Prefeitura;
2. Recadastramento e digitalização do cadastro imobiliário do município;
3. Oficialização por meio de lei municipal das divisas das comunidades do município;
4. Sinalização das Comunidades.

III - Encerramento as 10:15 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo.  
Petrolândia, 05 de Outubro de 2007



Na conclusão desta etapa as prioridades definidas pelo Núcleo Gestor foram apresentadas e discutidas com a comunidade na 1ª Audiência Pública.

## **1ª Audiência Pública do Plano Diretor de Petrolândia**

Data: **09/11/2007**

Horário: **19:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Objetivo: **Apresentar os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor Municipal, acolher sugestões sobre o tema e eleger as prioridades de ação para o futuro do município.**

Nº de Participantes: **30 pessoas assinaram a lista de presença.**

### **Regulamento 1ª Audiência Pública:**

#### **19:00– 19:30hs**

1) Abertura com apresentação dos componentes da Mesa, os objetivos da Audiência Pública e a leitura das Normas que regerão a sessão – **30 minutos.**

#### **19:30 – 20:30hs**

2) Apresentação das principais características do município e dos resultados do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal aos presentes – **1 hora.**

#### **20:30 – 21:15hs**

3) Espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes – **45 minutos.**

#### **21:15 – 21:30hs**

4) Encerramento da Audiência Pública.

**Ata da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Petrolândia:** Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às dezenove horas, realizou-se na Câmara de Vereadores, localizado na Rua Prefeito Frederico Probst, Centro, Petrolândia (SC), a 1ª Audiência Pública do Plano Diretor do município de Petrolândia, abordando os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor e elegendo as prioridades de ação para o futuro do município, encerrando assim a 2ª Etapa do trabalho. A audiência foi aberta pelo mestre de cerimônia Sr. Osmair Pereira que convidou as seguintes autoridades e lideranças presentes para comporem a mesa de abertura: Pedro Israel Filho – Prefeito Municipal, Hélio Probst – Presidente da Câmara de Vereadores, Gilmar Schappo - Presidente do Núcleo Gestor e Fabiana Meurer - Coordenadora do Plano Diretor. Fez uso da palavra o Sr. Pedro Israel Filho, para os pronunciamentos introdutórios de praxe. A seguir desfez-se a mesa de abertura e a Arquiteta da Amavi, Fabiana Meurer, iniciou a apresentação da caracterização do município, precedida de explanação sobre a finalidade da audiência e as definições do Plano Diretor. Logo em seguida foram apresentados os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor Municipal aos presentes, composto pelas prioridades de ação para o futuro do município, baseadas em quatro grandes temáticas: Aspectos Socioeconômicos e culturais, Aspectos Físico-territoriais, Infra-

estrutura Social e Infra-estrutura Física. Na sequência foi aberto espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes em face do conteúdo apresentado, encaminhados por escrito ou através de manifestação oral. O Sr. José Gaspar Lima, Diretor do E.E.B. Hermes Fontes, acha que devem ser estipulados prazos para a execução das propostas. Comentou que na sua opinião não há espaço físico para a ampliação do J.I. Pingo de Gente, conforme o primeiro item da educação. Disse também que deveria ser uma das prioridades a implantação da torre de telefonia celular. O Sr. Cláudio Roberto Farias, Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, respondeu que a Administração Municipal está fazendo um estudo de viabilidade para a implantação da telefonia celular no município junto à empresa TIM, e que em 2008 teremos uma posição quanto ao fornecimento deste serviço. O Sr. Hélio Probst, Presidente da Câmara de Vereadores, pronunciou-se dizendo que a vida na área rural está cada vez mais difícil, e com isso muitas famílias estão abandonando suas propriedades. Sugeriu que se desse mais prioridade a agricultura no Plano Diretor, pois é esta a base econômica do município. A Sra. Ivone Defreyn Nienkotter, Vereadora, disse que na saúde não temos especialidades médicas implantadas no município e os raios-X feitos em Petrolândia são de má qualidade e muitas



vezes não são aceitos pelos médicos de outros municípios. A Sra. Felomena de Melo dos Santos, da comunidade de Rio Corrente, diz que a serra existente no município chama-se Serra Geral e nos itens foi colocado como Serra Grande, que é o nome da comunidade existente nas suas proximidades. Sugeriu também que o item seis do tema sistema viário seja substituído por “implantação de ciclovia e via de pedestres ao longo das ruas Aristiliano Ramos e Prefeito Frederico Probst no trecho entre Rua Prefeito Francisco Machado até a Empresa Dujutex Têxtil Ltda”, pois o item está incompleto. Helio Probst pediu novamente a palavra e indagou ao Prefeito Municipal qual é o programa municipal para o saneamento básico. Disse que quando foram implantados os loteamentos públicos não foi feito saneamento básico. O prefeito Pedro Israel Filho esclareceu que estão sendo providenciados através de convênios mais de quinhentos mil reais para ser investido no saneamento básico do município. O Sr. Everaldo Leite, colocou que a pavimentação asfáltica da ligação do Centro com a BR-282 ficou prevista no orçamento do Governo do Estado, ficando agora na dependência da liberação dos recursos. A Sra. Terezinha Maria Wiggers Velho, da Comunidade de Serra Grande sugeriu a implantação de mão única no centro da cidade. Cláudio Roberto Farias sugeriu que as reuniões do Plano Diretor fossem feitas nas comunidades, para que os agricultores se

sentissem mais valorizados a participar. A Sra. Elza Helena Schmidt Probst, vereadora, acha que não há necessidade das reuniões nas comunidades, pois os agricultores não participam porque estão desmotivados, e não vão participar do mesmo jeito. A Sra. Andréia Weber Berk, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, disse que é preciso valorização final para os produtos plantados, que de nada adianta ter financiamento fácil se o preço conseguido pelos produtos não o cobrem. Sugeriu que os agricultores se unissem para não entregar seus produtos a baixo valor e que a tendência atual é dos agricultores se unirem em forma de cooperativas e associações. Cláudio Roberto Farias falou ainda que apenas cinquenta por cento dos produtores do município estão sendo beneficiados pelo Programa Micro-bacias 2 da Epagri e para que os outros cinquenta por cento sejam beneficiados é preciso uma parceria com o Governo. As demais pessoas concordaram que este Programa deveria ser estendido a todo o município. Nada mais havendo a tratar, o mestre de cerimônias, por volta das vinte e uma horas, deu por encerrada a audiência, lavrando-se a presente ata, para fins de atendimento ao inciso V, art. 8º da Resolução CONCIDADES 25/05, de 18/03/05. Petrolândia, 09 de novembro de 2007.





## PROPOSTAS E DIRETRIZES

Com base nas prioridades e estratégias definidas na Etapa de Diagnóstico parte-se para a elaboração das Propostas e Diretrizes para o município.

Para a elaboração das Propostas foram realizadas reuniões de discussão com o Núcleo Gestor do município dos seguintes itens: Macrozoneamento, Zoneamento Municipal e Urbano, definição de Índices e Parâmetros Urbanísticos, definição da Hierarquia do Sistema Viário e das larguras mínimas para ruas e passeios, definição de Áreas de Especial Interesse, discussão dos Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades.

No final desta etapa foi realizada a 2ª Audiência Pública de apresentação e discussão das propostas com a comunidade.

O resultado das reuniões de discussão da proposta pode ser observado nas atas a seguir:

### **1ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia**

Data: **23/11/2007**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia**

Pauta do Dia: **Avaliação da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal**

Nº de Participantes: **18 pessoas**

**Ata da 1ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia:** Aos vinte e três de dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às quatorze horas, reuniram-se na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a primeira reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à avaliação da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal realizada no dia nove de novembro do corrente ano, onde foram recolhidas sugestões da comunidade quanto às prioridades de ação para o futuro do município. Das sugestões apresentadas, após analisadas e discutidas pelo grupo, temos as seguintes alterações das prioridades que haviam sido definidas na última reunião de diagnóstico: No tema **Economia** acrescentar quatro novos itens: **7. Adequação da legislação trabalhista à realidade regional dos trabalhadores rurais; 8. Criação de mais programas e políticas agrícolas visando a permanência dos agricultores na área rural; 9. Aplicação de um percentual**

**maior do orçamento municipal na agricultura e 10. Extensão do Programa Micro-bacias 2 para todo o município.** Na **Educação** alterar o item 7 para **“Utilização pela população da comunidade da estrutura das escolas isoladas que foram nucleadas e encontram-se desativadas”**. No tema **Saúde** acrescentar dois novos itens: **4. Melhoria da qualidade dos Raios-X feitos no município e 5. Melhoria e regularização dos cemitérios existentes.** No tema **Sistema Viário** alterar o item 6 para **“Implantação de ciclovia e vias de pedestres ao longo das ruas Aristiliano Ramos e Prefeito Frederico Probst no trecho entre Rua Prefeito Francisco Machado até a Empresa Dujutex Têxtil Ltda”**. E por último alterar em todas as prioridades o nome Serra Grande para Serra Geral quando se referir ao conjunto de montanhas existente e não a comunidade de Serra Grande. A reunião foi encerrada às 15:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 23 de Novembro de 2007.



## 2ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia

Data: **22/02/2008**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia**

Pauta do Dia: **Definição do Macrozoneamento e Zoneamento Urbano**

Nº de Participantes: **18 pessoas**

**Ata da 2ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia:** Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a segunda reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes a respeito do Macrozoneamento, que dividiu o município em três macrozonas: Macrozona de Proteção Especial, Macrozona Rural e Macrozona Urbana. Explicou também definições quanto ao Zoneamento e Índices Urbanísticos. Na sequência partiu-se para a discussão do Zoneamento, sendo definido primeiramente o Zoneamento da Área Urbana. Ficou definida após consenso dos presentes como **Área de Preservação Permanente (APP)**,

destinada à proteção ambiental, faixas "non aedificandi" ao longo dos cursos d'água, sendo está uma faixa de quinze metros para cada lado, a partir das margens dos cursos d'água na área urbana, conforme Recomendação nº02/PAP/01/03 do Ministério Público da Comarca de Ituporanga. A **Zona Comercial e de Prestação de Serviços (ZC)**, destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial, complementado pelo uso residencial, industrial de até pequeno porte e outros compatíveis, ficou definida como a área compreendida desde os lotes que fazem frente para as ruas Aristiliano Ramos e 16 de Agosto até o Rio Perimbó, num trecho desde um afluente da margem direita do Rio Perimbó até o limite do Perímetro Urbano. A **Zona Industrial (ZI)**, destinadas em geral a tendência de concentração do uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e



degradador, ficou definida como uma faixa ao longo do lado direito da Rodovia SC-427 até o limite do Perímetro urbano, mais uma faixa de aproximadamente 100 metros ao longo do lado direito da Rua Vereador Avelino Clasen, até o limite do perímetro urbano. As demais áreas do perímetro urbano não compreendidas pelas faixas acima citadas ficam definidas como **Zona Residencial (ZR)**, destinada ao uso residencial predominante, complementado pelo uso comercial vicinal, prestação de serviços leves, indústrias de até pequeno porte e outros compatíveis. Quanto aos índices urbanísticos a discussão resultou em uma tabela que será um anexo da lei do Plano Diretor e define entre outras coisas, afastamento mínimos, dimensões mínimas de lotes e usos proibidos para cada zona

específica. Na discussão destes índices podemos destacar como lote mínimo, para a maioria das zonas urbanas de Petrolândia, trezentos e sessenta metros quadrados, com testada mínima de doze metros. Outra grande preocupação foi com relação aos usos que possam causar incômodo ao uso residencial como atividades tóxicas ou perigosas. A discussão do zoneamento da área urbana do Distrito de Rio Antinhas e da área rural do município ficou para a próxima reunião, marcada para o dia 07 de março de 2008. A reunião foi encerrada as 10:15 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 22 de Fevereiro de 2008.



### 3ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia

Data: 07/03/2008

Horário: 08:30 hs

Local: Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia

Pauta do Dia: Definição do Zoneamento Rural

Nº de Participantes: 22 pessoas

### Ata da 3ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia:

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a terceira reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição do Zoneamento Rural. A Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião comentando que na reunião passada não havíamos definido o zoneamento da área urbana do Distrito de Rio Antinhas. Como proposta dos presentes ficou definido que a área total do Distrito será inserida na **Zona Comercial (ZC)** e seguirá os mesmos Índices Urbanísticos estabelecidos para esta zona na área urbana da Sede do município. Na sequência partiu-se para a discussão da proposta de Zoneamento Rural, sendo definido após consenso dos presentes as seguintes Zonas: **Área de Preservação Permanente (APP)**: as áreas com declividades superior a 100%, terço superior dos morros, as faixas ao longo dos cursos d'água e nascentes, as áreas de declividade acentuada e as bordas das Serra Grande, respeitando-se as faixas de área de preservação permanente segundo define o Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771/65; **Zona de Expansão Urbana (ZEU)**: são as áreas próximas do perímetro urbano atual e que apresentam potencial e/ou tendências de ocupação a médio e a longo prazo, devido à boa localização ao longo dos eixos viários ou a tendência de crescimento das expectativas urbanas. Esta zona ficou definida numa faixa margeando o Rio Perimbó e a Estrada Geral que dá acesso à localidade de Barra Nova, englobando também uma faixa ao longo da Rodovia SC-427; **Zona Preservação da Represa Perimbó (ZPRP)**: área do entorno da Represa Perimbó, considerada o maior atrativo turístico do município, numa faixa de 100m (cem metros) a partir das suas margens, objetivando a preservação ambiental e a revegetação com

espécies nativas; **Zona de Proteção do Manancial (ZPM)**: áreas que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio de Dentro, objetivando a preservação do manancial de abastecimento de água da área urbana do município, onde será incentivada ações e projetos que visem a revegetação da área com espécies nativas, o incentivo a produção com redução do uso de agrotóxicos, a implantação de sistemas de tratamento de esgotos, composto por fossas sépticas e filtros anaeróbios; **Zona de Produção Primária (ZPPr)**: as áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde deve ser incentivadas as características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo do solo. Na discussão dos índices urbanísticos para a área rural optou-se por utilizar parâmetros utilizados por outros municípios, recuos laterais e fundos de 3,00m (três metros) e recuo frontal de 10,0m (dez metros) e os demais índices (taxa de ocupação, índice de aproveitamento) livres. O lote mínimo será o mesmo adotado pela INCRA na região, que é de 3,0ha (três hectares); a exceção é a Zona de Expansão Urbana, que se permitirá lotes mínimos de 1.000m² (mil metros quadrados). Quanto aos usos, nas zonas rurais não teremos usos proibidos, a única exceção é a Zona de Proteção do Manancial onde ficou proibida a instalação de indústrias com médio e alto teor de degradação ambiental, além das granjas de criação de animais. Na sequência foi entregue aos presentes uma proposta de áreas mínimas de estacionamento na forma de uma tabela e que foi aprovada por unanimidade pelos presentes. A tabela aprovada será anexada a presente ata, juntamente com a lista de presença assinada pelos presentes. A reunião foi encerrada às 10:00 hs, ficando agendada a próxima reunião para o dia 28 de março de 2008. Petrolândia, 07 de Março de 2008.







#### 4ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia

Data: **04/04/2008**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia**

Pauta do Dia: **Definição da Hierarquia do Sistema Viário Municipal e Definição das Áreas de Especial Interesse Municipal**

Nº de Participantes: **17 pessoas**

**Ata da 4ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia:** Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a quarta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi a definição da Hierarquia do Sistema Viário Municipal e a definição das Áreas de Interesse Especial. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes que as vias públicas abertas à circulação, de acordo com sua utilização, devem ser classificadas em **Vias Arteriais**, aquelas destinadas a atender com prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego; **Vias Coletoras**, aquelas destinadas tanto ao tráfego de passagem como ao tráfego local, funcionando normalmente como ligação entre as vias arteriais e locais; **Vias Locais**, aquelas destinadas ao tráfego local, permitindo acesso direto aos imóveis lindeiros, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado e **Vias Projetadas** aquelas vias previstas para ampliação futura do sistema viário. A discussão iniciou-se com a definição da hierarquia viária na área rural do município, que ficou assim definida: 1 - **Via Arterial:** a Rodovia SC – 427, e que deverá ter na área rural o gabarito (largura) total mínima da via de 60,0 m (sessenta metros), sendo 30,0 m (trinta metros) a faixa de domínio da rodovia e 30,0 m

(trinta metros) a área “non aedificandi”, conforme Resolução do DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura; 2 – **Vias Coletoras:** as estradas gerais que fazem ligação entre as Sedes das Comunidades do município ou destas a Sede do Município, além das Estradas Municipais que dão acesso ao município de Ituporanga, passando pelas comunidades de Tamanduá e Alto três Barras; ao município de Atalanta, passando pelas Comunidades de Barra Nova e Maracujá e ao município de Agrolândia passando pela Comunidade de Serra da Barra Nova. As vias coletoras na área rural terão largura mínima total de 12,0 m (doze metros); 3 - As demais estradas e acessos na área rural serão classificadas como **Vias Locais** e terão largura mínima total de 10,0 m (dez metros). 4 – **Vias Projetadas:** na área rural não será proposta a implantação de novas vias. Na área urbana as ruas foram classificadas como: 1 - **Vias Arteriais:** Rodovia SC-427, Rua Aristiliano Ramos, Rua 16 de Agosto, Rua Prefeito Frederico Probst/Rua Frei Gabriel, Rua Senador Irineu Bornhausen (trecho entre Rua Frei Gabriel e a Rua 16 de Agosto). A largura mínima total definida para a Rodovia SC-427, no trecho entre o seu entroncamento com a Rua Aristiliano Ramos e a Rua Prefeito Frederico Probst até o limite do Perímetro Urbano é de 16,0 m (dezesesseis metros) com passeio mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) em cada lado; nas demais vias arteriais a largura mínima total

deverá ser de 13,0 m (treze metros), com passeio mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em cada lado; 2 - **Vias Coletoras**: Rua Weber, no Distrito de Rio Antinhas, Rua Vereador Alôncio Capistrano, Rua Félix Zimmermann, Rua Germano Schiestl, Rua Senador Konder Reis, Rua João Stock Burguer, Rua Jango Rodrigues, Rua Jacob Momm e Rua Ricardo Taruhn. Todas as vias coletoras deverão ter largura mínima total de 13,0 m (treze metros), com passeio mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em cada lado; 3 - As demais vias do perímetro urbano serão classificadas como **Vias Locais** e terão largura mínima de 12,0 m (doze metros) com passeio mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em cada lado; 4 - **Vias Projetadas**: como proposta de vias projetadas foi sugerido dois prolongamentos de vias atuais: a) prolongamento da Rua Felix Zimmermann até a Rua Ricardo Taruhn; b) prolongamento da Rua Francisco Nicolau Lopes até a Rua Jango Rodrigues, conforme mapas que acompanharam o projeto de lei. Após uma pausa para o café seguiu-se a reunião com a Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer explicando aos presentes o significado e a finalidade das Áreas de Interesse Especial, que são as áreas do território municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores do uso e ocupação do solo, diferenciando-se do zoneamento usual. Em Petrolândia a proposta de Áreas de Interesse Especial foram baseadas nas prioridades definidas na etapa de diagnóstico e classificadas em: I - Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AIU; II - Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AIHC; III - Áreas de Especial Interesse de Utilização Pública - AIUP; IV - Áreas de Especial Interesse Social - AIS; V - Áreas de Especial Interesse Turístico - AIT; VI - Área de Especial Interesse Ambiental - AIA. As **Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública - AIUP** são as áreas que forem necessárias para a instalação de equipamentos comunitários ou infraestrutura física, e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIUP 01** - áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender a educação básica e profissionalizante municipal; (Ampliação do J.I. Pingo de Gente, no Centro; Ampliação do P.E. Anjinho da Guarda, do Indaí; Implantação de uma sede para a P.E. Criança Esperança, no Rio Antinha; Implantação de uma creche (para as crianças de 0 a 3 anos) no Centro; Reforma da E.M.Perimbó e do NAES; Utilização pela população da comunidade da estrutura das escolas isoladas que foram nucleadas e encontram-se desativadas); **AIUP 02** - áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a

atender ao sistema de saúde pública municipal (Ampliação da Unidade de Saúde do centro); **AIUP 03** - áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender a área de esportes e lazer do município (implantação de trilhas de caminhadas, quadra poliesportiva e área de recreação para crianças no Parque Municipal Aloizio Haverroth; Melhoria da estrutura de apoio do Estádio Municipal Eno Probst; Implantação de praça esportiva no Loteamento Santa Rita); **AIUP 04** - áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender a área social do município (Implantação de sede para o Clube de mães do centro; implantação de casa de amparo aos idosos). As **Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AIU** são constituídas por áreas que demandem tratamento urbanístico próprio por sua expressão ou ainda por ser área degradada, necessitando de reestruturação urbana e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIU 01** - áreas destinadas à melhoria do sistema viário intermunicipal existente, facilitando o acesso ao município e o escoamento da produção (Pavimentação da Rodovia SC-427, trecho Petrolândia – BR-282, melhorando o acesso da região ao Planalto Serrano); **AIU 02** - áreas destinadas à melhorias nas ligações e interseções viárias municipais (Implantação de uma nova ponte sobre o Rio Perimbó, na continuação da Rua Militão Thives; melhorias nos pontos de conflito de trânsito (entroncamento da Rua Aristiliano Ramos com a Rua Prefeito Frederico Probst; e no entroncamento da SC-427 com a Rua Vereador Avelino Clasen), Implantação de ciclovia e vias de pedestres ao longo das ruas Aristiliano Ramos e Prefeito Frederico Probst no trecho entre Rua Prefeito Francisco Machado até a Empresa Dujutex Têxtil Ltda); As **Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AIHC** são as áreas ou edificações com interesse de tratamento especial, por ser ponto de referência da paisagem enquanto testemunho da história local ou regional. São classificadas nesta categoria as edificações históricas inventariadas no município através do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico do Alto Vale do Itajaí, no ano de 2006. (Igreja São Sebastião, da Barra Nova; Pousada Blumenhaus, no Pinhal; Casa dos Pioneiros, na Serra Grande; Klabin Papéis, na Serra Grande; Residência do Fúlvio Fernandes, na Serra Grande; Residência de Paula e Antônio Wiggers, no Centro; Residência de Dorvalino Momm, no Centro; Residência de Jacob Momm, no Centro; Gruta Nossa Senhora de Lourdes, no Alto Barra Nova; Igreja Senhor

Bom Jesus, no Centro e Igreja Evangélica Luterana, no Centro); As **Áreas de Especial Interesse Turístico - AIT** são constituídas pelos acessos, produtos e atrativos turísticos existentes no município (a Serra Geral, a Serra do Pitoco e a Serra do Faxinal são áreas próprias para o Turismo de Aventura, Cachoeira Quatro Quedas, no Rio de Dentro, Cachoeira Rio Corrente, Cachoeira dos Senen, no Rio do Jango, a Represa Perimbó, Gruta de Nossa Senhora das Graças, na Serra Grande; Gruta Nossa Senhora de Lourdes, em Alto Barra Nova, Fontes de águas sulfurosas, na antiga propriedade do Sr. Generoso Vieira Thives; Pesque-pague Erimar, Pesque-pague IV Quedas, Pesque Pague Portal da Serra, Caverna do Rio de Dentro, Caverna dos Weber, no Pinhal, Caverna dos Velho, no Fachinal do Tigre, Caverna na Barra do Rio dos Cedros e a Caverna do Alto Indaiá). As **Áreas de Especial Interesse Ambiental - AIA** são as áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos, bem como as que apresentem riscos à segurança e ao assentamento humano. **AIA 01** – áreas com prioridade de preservação ambiental, onde a mata nativa existente deve ser preservada. As Áreas de Proteção Permanente - APP, até a distância determinada pela legislação federal e pela Recomendação da Promotoria do meio ambiente local, devem ser reflorestadas com espécies nativas. Esta área deverá receber ações e programas sócio-educativas, como educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, recuperação e limpeza do rio, programas de saneamento, entre outras coisas (Zona Proteção

Manancial, ao longo da bacia do Rio de Dentro; Zona Proteção Represa Perimbó, área ao longo da Serra Geral); **AIA 02** - é a área anteriormente utilizada como depósito de lixo (lixão) e que foi desativada pela FATMA. Esta área deverá ser ambientalmente recuperada e reflorestada com espécies nativas. Não é permitido uso habitacional ou parcelamento desta área; **AIA 03** - é a área de proteção sanitária do Centro de Triagem de lixo e Usina de Compostagem, envolvendo uma faixa de 500 (quinhentos) metros ao redor deste equipamento. Nesta área os usos permitidos são para habitações isoladas e para a prática de agricultura e pecuária. Haveria ainda a possibilidade de se demarcar as **Áreas de Especial Interesse Social - AIS**, destinada à habitação da população de baixa renda, e que poderiam ser classificadas como **AIS 1** - os loteamentos irregulares onde se houver o interesse de regularização jurídica da posse da terra e a sua integração à estrutura urbana, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação pertinente e **AIS 2** - lotes ou gleba ainda não edificados, subutilizados ou não utilizados, onde haja interesse público em elaborar programas habitacionais para a população de baixa renda. Foi consenso do grupo não definir áreas para este fim. A reunião foi encerrada às 11:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. A próxima reunião ficou agendada para o dia 18 de abril de 2008. Petrolândia, 04 de Abril de 2008.



### 5ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia

Data: 18/04/2008

Horário: 08:30 hs

Local: Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia

Pauta do Dia: Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades

Nº de Participantes: 14 pessoas



**Ata da 5ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Petrolândia:** Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a quinta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes sobre os instrumentos jurídicos e urbanísticos do Estatuto das Cidades, que visam promover uma melhor utilização do solo e induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e de equipamentos sociais, aptas para urbanizar, evitando a expansão desnecessária do perímetro urbano para regiões não servidas de infra-estrutura ou àquelas consideradas frágeis sob o ponto de vista ambiental, de forma a garantir a função social da cidade e da propriedade. Os instrumentos urbanísticos apresentados ao grupo formam: **1. Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios:** Para efeitos de utilização deste instrumento, são considerado solo urbano subutilizado, a propriedade urbana que não estiver cumprindo a sua função social conforme estipula o Plano Diretor ou Lei Complementar específica e que não esteja sendo utilizada para nenhuma finalidade econômica ou social. Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 01 (um) ano a partir do recebimento da notificação, protocolar o projeto de parcelamento ou edificação. Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) anos. Em caso de descumprimento destas condições, etapas e prazos estabelecidos, o Município poderá aplicar alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso. Decorridos os cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, conforme prevê a legislação federal específica. Fica facultado aos proprietários dos imóveis onde incide este instrumento e que não tenham condições de edificar em seus terrenos, de propor ao Executivo Municipal o estabelecimento da modalidade do Consórcio Imobiliário. **2. Da Transferência do Direito de Construir:** O proprietário de imóvel poderá exercer ou alienar, total ou parcialmente, mediante escritura pública, o potencial construtivo não utilizado no próprio lote, em outro local, mediante prévia autorização

do Poder Executivo Municipal, quando se tratar de imóvel demarcado como de Área de Interesse Histórico Cultural ou Áreas de Interesse Ambiental, ou ainda imóvel utilizado por programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

**3. Da Outorga Onerosa do Direito de Construir:**

o Município mediante lei complementar poderá liberar na área urbana do município de Petrolândia o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado pelo Plano Diretor, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. **4.**

**Das Operações Urbanas Consorciadas:**

Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma determinada área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo; ou a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente. **5. Do**

**Direito de Preempção:**

O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares quando se tratar de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental, proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, melhorias no sistema viário municipal, regularização fundiária, entre outros. Os imóveis colocados à venda nas áreas a serem delimitadas por lei específica, devem necessariamente ser oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição, pelo prazo de 05 (cinco) anos, renováveis a partir de 01 (um) ano, após o decurso do prazo inicial de vigência. O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área a ser delimitada para o exercício do direito de preferência, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da vigência da lei que a delimitou.

**6. Do Direito de Superfície:** O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes de seu patrimônio



para fins de exploração por parte de concessionárias de serviços públicos. O direito de superfície poderá ser utilizado em todo o território do Município. **7. Do Estudo de Impacto de Vizinhança:** Para empreendimento a serem instalados e que possam causar impactos sobre o seu entorno, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). **8. Da Regularização Fundiária:** A regularização fundiária compreende um processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei, para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária. A regularização fundiária poderá ser efetivada através dos seguintes instrumentos: I - concessão de direito real de uso; II - concessão de uso especial para fins de moradia, quando se tratar de imóvel público; III - da cessão de posse para fins de moradia; IV - usucapião especial de imóvel urbano. Neste último o Município admite para aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. As áreas urbanas com mais de 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos,

ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural, respeitados os requisitos estabelecidos pela legislação pertinente. Estes instrumentos jurídicos e urbanísticos constarão na Lei do Plano Diretor e somente poderão ser aplicados após regulamentação específica a ser aprovada através de Lei Complementar Municipal. Na sequência foi discutida a definição do porte das edificações de acordo com os seguintes critérios e usos: a) para o **uso Comunitário e/ou Institucional:** I – Pequeno Porte: edificações de até 250,0 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 250,01 m<sup>2</sup> até 500,0m<sup>2</sup>; III – Grande Porte: edificações acima de 500,1m<sup>2</sup>; b) para o **uso Industrial e/ou Apoio Industrial:** I – Pequeno Porte: edificações de até 300,0 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 300,01 m<sup>2</sup> até 1.000,0m<sup>2</sup> (mil metros quadrados); III – Grande Porte: edificações acima de 1.000,1m<sup>2</sup>; c) para o **uso Comercial e/ou Serviços:** I – Pequeno Porte: edificações de até 100,0 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 100,01 m<sup>2</sup> até 300,0m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados); III – Grande Porte: edificações acima de 300,1m<sup>2</sup>. A reunião foi encerrada às 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 18 de Abril de 2008.

## **2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Petrolândia**

Data: **09/05/2008**

Horário: **19:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Objetivo: **Apresentar os resultados da etapa de Proposta do Plano Diretor Municipal e acolher sugestões sobre o tema.**

Nº de Participantes: **18 pessoas assinaram a lista de presença.**

### **Regulamento da 2ª Audiência Pública:**

#### **19:00– 19:30hs**

1) Abertura, formação da Mesa de honra, apresentação dos objetivos da Audiência Pública e das Normas que regerão a sessão – **30 minutos.**

#### **19:30 – 20:30hs**

2) Apresentação das Propostas do Plano Diretor Municipal aos presentes – **1 hora.**

#### **20:30 – 21:15hs**

3) Espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes – **45 minutos.**

#### **21:15 – 21:30hs**

4) Encerramento da Audiência Pública – **15 minutos.**

**Ata da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Petrolândia:** Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às dezenove horas, realizou-se na Câmara de Vereadores, localizado na Rua Prefeito Frederico Probst, Centro, a 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do município de Petrolândia, objetivando apresentar os resultados da etapa de Proposta do Plano Diretor Municipal e acolher sugestões sobre o tema, encerrando assim a 3ª Etapa do trabalho. A audiência foi aberta pelo mestre de cerimônia Sr. Osmair Pereira que saudou a todos os presentes e explicou os objetivos do Plano Diretor, ressaltando sua importância para o município. A seguir passou-se a palavra à coordenadora do Plano Diretor Municipal senhora Fabiana Meurer, Arquiteta da AMAVI, para apresentação da proposta do Plano Diretor municipal. A proposta apresentada foi composta de Macrozoneamento Municipal, Zoneamento Municipal e Urbano, Índices Urbanísticos, Hierarquia do Sistema Viário Municipal e Urbano, Áreas de Especial Interesse para o município e os Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades que poderão ser utilizados no município. Fabiana Meurer explicou também que o próximo passo será a elaboração do projeto de lei do Plano Diretor e o seu encaminhamento à Câmara de Vereadores para aprovação. Na sequência é aberto espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes

em face do conteúdo apresentado, encaminhados por escrito ou através de manifestação oral: o Vereador Hélio Probst pediu para esclarecer melhor como será o Zoneamento no Distrito de Rio Antinha e comenta que há um projeto de lei em tramitação na Câmara de Vereadores para à ampliação da área urbana do referido Distrito. Fabiana Meurer explica que toda a área urbana do Distrito de Rio Antinha está inserida na Zona Comercial e Serviços – ZCS, que são áreas destinadas ao uso predominantemente comercial e de serviços, complementado pelo uso residencial, industrial de pequeno e médio porte e outros compatíveis. Disse também que se a ampliação da área urbana realmente acontecer, o zoneamento deve acompanhar essa ampliação. A Vereadora Ivone Defreyn Nienkotter questionou o nome da Rua Marcos Vandresen, que ela pensa não existir. Fabiana explica onde é a referida rua e que há uma lei municipal denominado-a. Nada mais havendo a tratar, por volta das vinte e uma horas, deu-se por encerrada a audiência, gravando-se em áudio a mesma e lavrando-se a presente ata, para fins de atendimento ao inciso V, art. 8º da Resolução CONCIDADES 25/05, de 18/03/05. Será anexada a presente ata, lista de presença para registro e comprovação da presença. Petrolândia, 09 de Maio de 2008.



## ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Nesta quarta e última etapa de elaboração do Plano Diretor Participativo é feita a discussão do projeto-de-lei com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT, baseado nas propostas e diretrizes.

### **Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor do Município de Petrolândia**

Data: **30/05/2008**

Horário: **08:30 hs**

Local: **Tele-sala da Secretaria de Educação do Município de Petrolândia**

Pauta do Dia: **Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **16 pessoas**

**Ata da Reunião de Discussão do Projeto-de-Lei do Plano Diretor do Município de Petrolândia:** Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Tele-sala da Secretaria Municipal da Educação, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a reunião de discussão do projeto de lei do Plano Diretor Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião dizendo aos presentes que todas as propostas discutidas estão inseridas no projeto de lei, inclusive as prioridades definidas no diagnóstico que foram inseridas na forma de diretrizes no Capítulo de Políticas Públicas

Setoriais. Passou-se então a uma leitura do projeto de lei e discussão dos assuntos mais polêmicos ou ainda não totalmente discutidos. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo, somente a seguinte alteração: no Capítulo V – Dos Parâmetros para o Uso e Ocupação do Solo, Seção II – Do Uso do Solo, retirar os parágrafos do 1º ao 5º do Art. 95 que tratam dos Pólos Geradores de Tráfego, de Ruído Noturno ou de Ruído Diurno. O restante do Projeto de Lei foi aprovado por unanimidade pelos presentes. A reunião foi encerrada às 10:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Petrolândia, 30 de Maio de 2008



## ENTREGA DO PLANO DIRETOR AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A entrega do Plano Diretor Participativo de Petrolândia ao Poder Executivo Municipal foi durante uma Assembleia Geral da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, realizada dia 11 de Julho em Pouso Redondo, onde foram entregues mais 16 Planos Diretores da região. Esse trabalho é considerado inédito, uma vez que, pequenos e médios municípios, mesmo sem exigência legal, elaboraram seus planos diretores. A partir de agora, com o plano diretor, outros projetos poderão ser executados nos municípios, como o plano municipal de saneamento, plano de habitação de interesse social, plano regional de turismo, enfim, muitos outros que têm como objetivo o desenvolvimento ordenado e planejado.

Para a elaboração do Plano Diretor foram chamadas as comunidades locais, as quais participaram ativamente de todo o processo, que terá continuidade nos próximos anos através da sua implementação. Na ocasião da entrega, o presidente da AMAVI, prefeito Paulo Cezar Schlichting da Silva destacou o empenho dos ex-presidentes, que em anos anteriores deram início e continuidade a esse projeto, e especialmente a equipe de arquitetos da AMAVI, que assumiu a responsabilidade técnica do trabalho.





## MATERIAL DE DIVULGAÇÃO



### Convite 1ª Audiência Pública

# Convite



A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
e a Prefeitura Municipal,  
têm o prazer de convidá-lo para  
a Audiência Pública do Plano Diretor Participativo  
desta cidade.

Data: 09/11/2007 Horário: 19:00 hs

Local: Câmara de Vereadores de Petrolândia



AMAVI  
Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
PREFEITURA MUNICIPAL

Plano   
Diretor   
Participativo



### Convite 2ª Audiência Pública

# Convite



A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
e a Prefeitura Municipal,  
têm o prazer de convidá-lo para  
a Audiência Pública do Plano Diretor Participativo  
desta cidade.

Data: 09/05/2008 Horário: 19:00hs

Local: Câmara de Vereadores



AMAVI  
Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí  
PREFEITURA MUNICIPAL

Plano   
Diretor   
Participativo

## Folheto de divulgação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA



### O QUE É O PLANO DIRETOR?

O Plano Diretor é uma lei municipal que tem por finalidade organizar o crescimento e o funcionamento do município. Ele define como deve ser dividido o espaço físico do município, de que maneira e onde devem ser construídas as residências, os comércios, as indústrias, os prédios e os espaços públicos.

O Plano vale para todo o município, ou seja, para as áreas urbanas e também para as rurais. Ele deve definir regras para que a cidade se desenvolva de maneira sustentável, respeitando o meio ambiente, zelando pela preservação do seu patrimônio histórico (casas antigas, igrejas, praças) e pelos recursos naturais do município (rios, matas, fauna), garantindo uma qualidade de vida melhor para toda a população.

A expressão Plano Diretor vem de planejar, o que significa prever e tentar solucionar os problemas antes mesmo que eles ocorram. Assim, podemos direcionar o crescimento da cidade e evitar problemas futuros. Se a sua região apresenta problemas, podemos, através do Plano Diretor, criar condições de infra-estrutura para que tentar solucionar esses problemas.

*“O Plano Diretor deve ser elaborado com a participação de toda a sociedade. No Plano Diretor deve estar o projeto de cidade que queremos ter. Ele planeja o futuro da cidade decidido por todos”.*

### POR QUE É IMPORTANTE QUE VOCÊ PARTICIPE DO PLANO DIRETOR?

Participar do Plano Diretor é construir coletivamente uma regra que afeta diretamente seu cotidiano. Por exemplo, o Plano pode alterar o quanto você pode construir no seu lote, pode alterar os usos permitidos para o seu lote, pode criar zonas verdes e parques para o lazer da população, prever equipamentos para a área rural, pode garantir terra para os mais pobres, prever melhorias nas estradas vicinais, entre outros.

As discussões sobre o que queremos para a cidade, muitas vezes, mostram os diferentes pontos de vista, os conflitos. Por isso, você deve participar para garantir que seus interesses sejam debatidos, negociados e pactuados. Você tem papel ativo nessa discussão, não deve esperar que os outros decidam por você.

**O PLANO DIRETOR DEVE SER FRUTO DE UMA DECISÃO COLETIVA.  
TODOS DEVEM PARTICIPAR!!!!**

Cartaz de divulgação



Ajude a fazer a cidade de todos.

O País está se preparando para um novo ciclo de crescimento. Para que este desenvolvimento seja incluyente e sustentável é fundamental planejar as cidades de forma participativa. Por isso, o Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, está convidando você a participar do planejamento da sua cidade. Procure a prefeitura, a câmara municipal, entidades ou associações de sua cidade. **Informações no [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)**

Participantes:

Assinatura:   